apubh

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

QUEM CRIOU A CRISE DAS UNIVERSIDADES?

Os professores da UFMG deciciram na última quarta-feira (5/7) manter a greve iniciada há quase dois meses.

Porque esta firme determinação que às vezes pode até parecer "teimosia"?

É que não concordamos que a grave crise financeira gerada pela desastrosa política econômica do governo Sarney conduza à destruição da Universidade Pública Gratuita, patrimônio da sociedade brasileira.

A intransigência e lentidão do governo em atender às nossas reivindicações pode ser assim resumida:

a) A pauta de reivindicações do movimento foi encaminhada ao Ministro da Educação no dia 28 de março deste ano.

b) Por 45 dias aguardamos alguma manifestação do MEC, sem resultado. A greve iniciada dia 8 de maio foi o último recurso destinado a abrir os canais de negociação.

c) Somente no dia 2/6, fomos recebidos pelo Ministro, sob pressão do movimento e com o apoio de dezenas de parlamentares.

d) Somente no dia 21 de junho o Ministro apresentou uma contraproposta, até hoje (2 semanas) sem garantias formais da Presidência da República.

e) O quadro abaixo resume o que nos foi prometido até agora em comparação com a nossa pauta.

	REIVINDICADO	OFERECIDO	GRAU DE ATENDIMENTO
-verbas p/ funcionamento da universidade	CZ$ 1,250milhões	453 milhões	36%
-reposição salarial	92% sobre o salário de abril	30%	32%
-aposentadoria	aposentadoria paritária	nada de concreto	zero

Rua Carangola, 288 - Sala 4 e 5 - FAFICH - UFMG - Telefone: (031) 223-9504 - Belo Horizonte - Minas Gerais

apubh
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

	reivindicado	oferecido	grau de atendimento
- contratações	980 vagas "congeladas"	760	80%
-unificação da carreira do 3º grau c/ 1º e 2º graus	isonomia c/ D.E. 50%	D.E. 30% p/ 1º e 2º graus	minímo
-modificações da carreira	anuênio 1% D.E. de 40→50% estepe 4 → 5%	não concedido concedido concedido	parcial

É necessário assinalar ainda que, quanto as verbas para manutenção da Universidade, do total de 453 milhões (a preços de abril) prometidos, apenas 230 milhões estão sindo viabilizados no momento. Além disso, o compromisso escrito (exposição de motivos nº 69, de 27/04/87) assumido pelo Presidente Sarney de dotar as Universidades com 15% do orçamento global para despesas com custeio e capital em 1988, reduziu-se a 4,12% e este ano, para 3,5%. Se pelo menos fosse cumprido esse compromisso (15%), o montande de verbas para OCC ascenderia a 675 milhões, também a preços de abril.

f) Quanto à política salarial , o que temos até agora é o reajuste trimestral da.M.P/ 73 em vigor o que conduzirá à redução dos salários dos professores em outubro cerca de um terço do valor real que tinha em janeiro de 89. A proposta da Ministra do Trabalho em estabelecer a "trava do gatilho" para reposição mensal em 8%, causará uma perda adicional de 10% em relação à política para os trabalhadores do sistema privado, que reproduz a odiosa discriminação praticada em 1979 (reajuste semestral X anual) contra os servidores públicos federais.

g) Caso se implemente a proposta apresentada pela Ministra Dorothea Werneck, se consolidará uma perda salarial de 60,23%, correspondente à reposição do periodo janeiro/89 - abril/89, de acordo com o IPC/IBGE (de 38,75% baseando-se no INPC/IBGE ou de 47,68% pelo ICV/DIEESE).
Além disso, teremos uma perda acumulada ao longo de cada trimestre, a partir de julho, de 16,64%, correspondente à retenção de 8% a cada mês.

Rua Carangola, 288 - Sala 4 e 5 - FAFICH - UFMG - Telefone: (031) 223-9504 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Isso corresponderá, no caso dos docentes, à regressão salarial dos professores adjuntos(final de carreira) ao nível dos docentes em início de carreira.Isso significaria na prática, que os salários ficarão reduzidos a menos da metade do seu valor em janeiro.

h) Na questão de verbas, o governo encaminhou solicitação ao Congresso, através da mensagem presidencial nº 78, um pedido de suplementação orçamentária da ordem de 129,5 ' bilhões. Desde total,128 bilhões destinam-se, exclusivamente, à rolagem da dívida interna!.! ! Deste montânte, cerca de 1,5 bilhão foi alocado à SEPLAN para cobrir, entre outras despesas o 0,17 bilhão (10%) - parcela dos 453 milhões, a preços de abril, assumidos pelo MEC e pelo Governo, como mínimo necessário à manutenção precária das IFES- Instituições Federais de Ensino Superior - em 1989. Até hoje (6/julho), não ' foi encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional proposta que assegure esta primeira parcela.

PIRES NA MÃO OU CONSTITUIÇÃO?

Todo governo caminha em direção a área econômica de pires na mão. Nós propomos que se caminhe com a constituição.

O Ministro da Educação vai à SEPLAN e ao Ministério da Fazenda esmolar recursos que estão assegurados constitucionalmente pelo artigo 212(18% da arrecadação de impostos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino).

O Diário Oficial da União do dia 30 de junho (página 10.665) publica demonstrativo do cumprimento (?) do artigo 212 entre janeiro e maio/89: apenas 16%! Na verdade confirma-se nossa tese de que o MEC não tem nenhum compromisso com o cumprimento da Constituição.

Em documento assinado pelos Ministros do Trabalho, Fazenda e SEPLAN, datado de 4 de julho de 1989, argumenta-se que o atendimento das reivindicações salariais dos servidores federais não poderia ser feito sob pena de desrespeito ao artigo 38 das Disposições Transitórias da Constituição Federal (limite de 65% das receitas correntes). Ora, o mesmo Diário Oficial, àpágina 10654, dá conta de ' que as receitas correntes no período de janeiro à maio totalizaram 17.6 bilhões,Na "Nota de imprensa 005/89", da Secretaria do Tesouro Nacional

do Minitério da Fazenda consta, à página 2, letra D, o montante de gastos com pessoal no mesmo período igual a 4,8 bilhões, ou seja, apenas 27,5% das ditas receitas correntes, muito menos da metade do limite constitucional, Será isto incompetência, má fé ou ambos? Felizmente, a mentira tem pernas curtas.

Professores, funcionários e alunos reconhecem que a greve causa prejuizos às atividades universitárias de ensino, pesquisa e extensão. Temos a convicção, entretanto, de que os prejuízos devem ser debitados, pelo exposto, ao Governo e não a nós. Pelo contrário, estamos conscientes de que se não deflagrássemos o movimento grevista, os prejuízos decorrentes da política declarada de ataque ao setor público do 3º grau conduziriam a uma grave situação de sucateamento da Universidade Pública e Gratuíta, objetivo final daqueles que perseguem a privatização ainda maior do ensino no País.